

21 de setembro de 2018

Contas Nacionais (Base 2011)
2016 (final) e 2017 (provisório)

Resultados Anuais finais para 2016 e provisórios para 2017

O PIB fixou-se em 186 480 milhões de euros em 2016, o que correspondeu a um aumento de 3,7% em valor (3,9% em 2015). Esta variação traduziu um aumento de 1,9% em volume, taxa ligeiramente superior (0,1 p.p.) à registada no ano anterior e um deflator do PIB de 1,8% (2,0% em 2015). O crescimento real foi determinado principalmente pelos contributos (líquido de importações) da Despesa de Consumo Final das Famílias e das Exportações, em 0,9 pontos percentuais (p.p.) cada. O Rendimento Nacional Bruto (RNB) cresceu 4,2% em 2016 (2,8% no ano anterior). A capacidade de financiamento da economia aumentou de 0,3% do PIB em 2015 para 1,0% em 2016.

Os resultados finais para 2016 determinaram a revisão em alta do valor do PIB em 0,5% (0,3 p.p. em volume e 0,2 p.p. do deflator). O nível do PIB nominal para 2017 é também revisto em alta 0,8%, para 194 613 milhões de euros. Esta revisão reflete em grande medida o impacto da revisão de 2016 e em menor grau, o efeito da incorporação da informação adicional nesta nova estimativa, que se traduziu numa revisão em alta de 0,1 p.p. da taxa de variação em volume do PIB para 2,8% e do deflator em 0,2 p.p., para 1,5%.

Neste destaque divulgam-se resultados finais de 2016 e provisórios de 2017 das Contas Nacionais Portuguesas. A compilação da versão final das Contas Nacionais baseia-se em fontes de informação de natureza mais sólida e completa que as versões anteriormente divulgadas, e caracteriza-se pelo elevado grau de detalhe, quer ao nível da compilação e tratamento da informação de base, quer em termos do quadro geral de equilíbrio entre oferta e procura de bens e serviços (127 ramos de atividade económica X 433 produtos), a preços correntes e a preços do ano anterior, que lhe está subjacente (para informação sobre o processo de compilação das Contas Nacionais, ver o documento "[Como se calcula o PIB](#)"). Os resultados provisórios para 2017 refletem, além dos impactos diretos decorrentes da integração dos resultados finais de 2016, informação atualizada para o setor das Administrações Públicas e comércio internacional de bens e serviços, bem como dados provisórios da Informação Empresarial Simplificada. Esta utilização visa contribuir para a melhoria da qualidade das estimativas das Contas Nacionais Trimestrais, nomeadamente nos agregados do lado da oferta, permitindo ainda disponibilizar informação mais detalhada para o VAB. Como habitualmente, a nova informação anual é incorporada nas Contas Nacionais Trimestrais, determinando a revisão dos resultados para o novo ano disponível e para os trimestres subsequentes.

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais.

Resultados finais de 2016

O PIB atingiu 186 480 milhões de euros em 2016

O PIB nominal fixou-se em 186 480 milhões de euros em 2016, o que correspondeu a um aumento face ao ano anterior de 3,7% em valor (3,9% em 2015). Esta variação traduziu um aumento de 1,9% em volume, taxa ligeiramente superior (0,1 p.p.) à registada no ano anterior e um crescimento do deflator do PIB de 1,8% (2,0% em 2015). A evolução do deflator foi essencialmente determinada pela redução nos ganhos de termos de troca, de 3,2% em 2015 para 1,7% em 2016, em resultado sobretudo da menor redução dos preços das Importações (-4,4% em 2015 e -3,2% em 2016), uma vez que o deflator das Exportações se reduziu mais em 2016 (-1,6%) que em 2015 (-1,3%).

Com base no sistema de matrizes Input-Output, compilado para 2013, foi estimado o conteúdo importado dos vários agregados da despesa e, conseqüentemente, determinados os respetivos contributos, líquidos de Importações, para o PIB. A Despesa de Consumo Final das Famílias e as Exportações, com um contributo de 0,9 p.p. cada, foram responsáveis por mais de 90% do crescimento real do PIB. O Investimento e a Despesa de Consumo das Administrações Públicas apresentaram contributos também idênticos (0,1 p.p. cada), sendo de referir a redução de 0,3 p.p. do contributo líquido do Investimento face a 2015.

Quadro 1 – Produto Interno Bruto e principais componentes – ótica da despesa

	Valor (10 ⁶ €)		Variação em valor (%)		Variação em volume (%)	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Despesa de consumo final residentes	150 311	155 086	2,8	3,2	2,1	2,1
Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF (1)	117 727	121 789	3,2	3,5	2,3	2,4
Despesa de consumo final das AP (2)	32 584	33 297	1,2	2,2	1,3	0,8
Formação bruta de capital	28 452	29 319	7,4	3,0	6,4	1,8
da qual: Formação bruta de capital fixo	27 844	28 830	7,1	3,5	5,8	2,3
Exportações de bens e serviços	72 648	74 619	4,7	2,7	6,1	4,4
Exportação de bens (FOB) (3)	52 341	52 937	3,8	1,1	6,7	4,2
Exportação de serviços	20 307	21 682	7,2	6,8	4,7	4,9
Importações de bens e serviços	71 601	72 543	3,7	1,3	8,5	4,7
Importação de bens (FOB) (3)	60 416	60 971	3,1	0,9	8,8	5,0
Importações de serviços	11 185	11 572	7,1	3,5	6,4	2,9
Contributos, líquidos de importações, para a variação do PIB						
Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF (1)			1,7	1,9	0,7	0,9
Despesa de consumo final das AP (2)			0,2	0,4	0,1	0,1
Formação bruta de capital			0,7	0,3	0,4	0,1
Exportações de bens e serviços			1,3	1,1	0,7	0,9
Produto Interno Bruto a preços de mercado	179 809	186 480	3,9	3,7	1,8	1,9

Notas: (1) ISFLSF – Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (2) AP – Administrações Públicas (3) FOB – “Free on Board”.

A desaceleração das Exportações refletiu sobretudo o comportamento da componente de bens, que cresceu 4,2% em 2016, menos 2,5 p.p. que no ano anterior. As exportações de serviços aumentaram 4,9% em 2016, após a variação de 4,7% em 2015. Nos bens destacaram-se os *aparelhos e equipamento de rádio, televisão e comunicações* e o *vestuário*

com crescimentos de 31,0% e 9,6%. Em sentido contrário, são de realçar as diminuições de 9,6% e de 25,6% nas exportações de *veículos automóveis* e de *cimento e produtos de betão*, respetivamente.

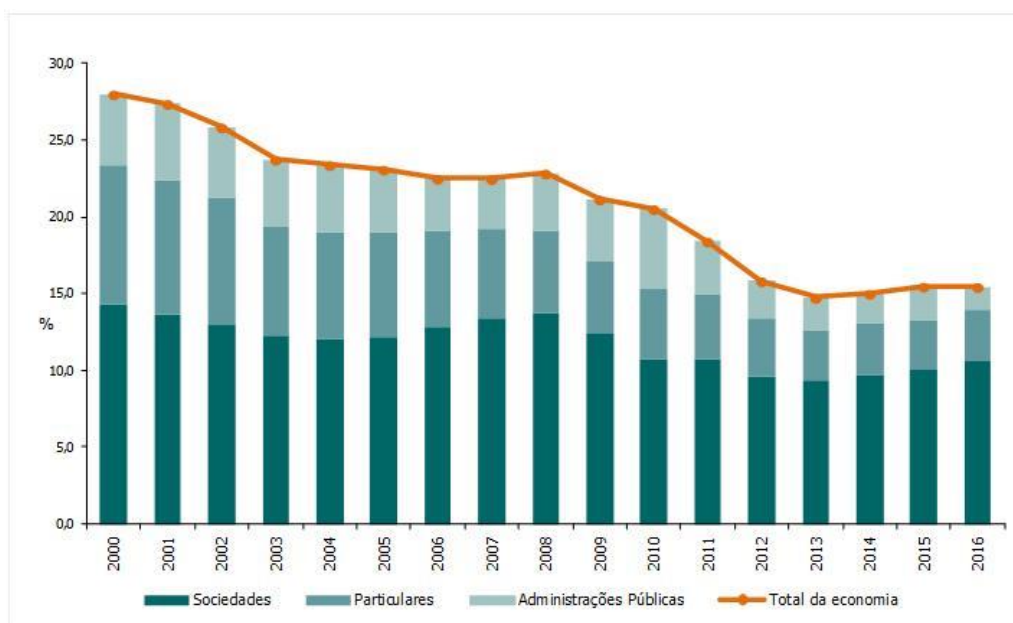
As importações de bens e serviços cresceram 4,7% em volume em 2016, o que traduz um abrandamento de 3,8 p.p. face a 2015. A componente de bens desacelerou para 5,0% em 2016 (8,8% no ano precedente) e a de serviços para 2,9% (6,4% em 2015). As importações de bens com crescimentos mais significativos foram os *veículos automóveis* (17,3%). Com um desempenho oposto, destacaram-se as importações de *eletricidade* (-56,5%).

A procura interna aumentou 2,0%, o que traduz um abrandamento de 0,8 p.p. relativamente a 2015. O Investimento e a Despesa de Consumo Final das AP, com taxas de crescimento de 1,8% e 0,8%, respetivamente, desaceleraram face ao ano anterior (6,4% e 1,3%, pela mesma ordem). A despesa de consumo final das famílias residentes (incluindo Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias, ISFLSF) acelerou ligeiramente, passando de uma variação de 2,3% em 2015 para 2,4% em 2016. A evolução do Investimento refletiu a variação negativa do investimento em construção (-1,3%) e o contributo de -0,1 p.p. da Variação de Existências para o crescimento do PIB.

A taxa de investimento da economia, medida pelo rácio entre a FBCF e o PIB, estabilizou em 15,5% em 2016, depois dos aumentos de 0,2 e 0,5 p.p., respetivamente, em 2014 e 2015. A FBCF e o PIB apresentaram taxas de variação muito próximas (3,7% e 3,5%, respetivamente), determinando a estabilização deste indicador.

O aumento da FBCF para o total da economia em 2016 deveu-se essencialmente ao aumento da FBCF das Sociedades, que mais do que compensou a diminuição da FBCF das AP. Este último setor registou uma diminuição de 28,6% da FBCF em 2016, situando-se em 2,8 mil milhões de euros a preços correntes, o que corresponde ao valor mais baixo registado na série das Contas Nacionais, iniciada em 1995. As taxas de investimento dos setores das Sociedades e das AP, medidas pelos rácios entre as FBCF e os VAB respetivos, atingiram 20,4% e 11,1%, pela mesma ordem.

Gráfico 1 – Taxa de investimento por setor institucional (% do PIB)



O crescimento real do Valor Acrescentado Bruto (VAB) foi 1,6% em 2016

Em 2016 o VAB registou uma variação em volume de 1,6%, idêntica à do ano anterior. As atividades de *outros serviços prestados às empresas*, com um crescimento de 6,6% em 2016 (1,2% em 2015), apresentaram o maior contributo (0,5 p.p.) para a variação do VAB total. Seguiram-se a *indústria e energia* e o *comércio, reparação automóvel, correios e transportes*, com variações de 2,0% e 1,7%, respetivamente, e contributos de 0,4 p.p. e 0,3 p.p. pela mesma ordem. As *atividades financeiras e de seguros* e as da *agricultura, silvicultura e pescas* foram as únicas com diminuições dos respetivos VAB em 2016 (2,9% e 3,6%, respetivamente).

O VAB a preços correntes aumentou 3,4% (3,6% em 2015). O VAB das Sociedades Não Financeiras (SNF) registou uma variação de 4,6% em 2016 (5,6% no ano anterior), contribuindo em 2,5 p.p. para variação total do VAB, em resultado de um crescimento menos intenso do consumo intermédio do que da produção (1,1% e 2,5%, respetivamente).

Os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos registaram uma variação nominal de 5,6% face ao ano anterior (5,8% em 2015) refletindo, sobretudo, um aumento da receita com o imposto sobre o valor acrescentado (2,6%) menos acentuado que o verificado em 2015 (4,7%). Salienta-se ainda os crescimentos dos impostos sobre os combustíveis (11,3%), imposto sobre o tabaco (9,4%) e o imposto automóvel (17,3%).

Quadro 2 – Produto Interno Bruto e principais componentes – ótica da produção

	Valor (10 ⁶ €)			Variação em valor (%)		Variação em volume (%)	
	2015	2016/15	2016	2015	2016	2015	2016
Valor Acrescentado Bruto	156 839	159 381	162 226	3,6	3,4	1,6	1,6
Agricultura, silvicultura e pesca	3 687	3 555	3 643	5,0	-1,2	5,1	-3,6
Indústria e energia	28 753	29 333	30 031	8,6	4,4	3,1	2,0
Construção	6 370	6 340	6 316	1,5	-0,8	-0,1	-0,5
Comércio, reparação automóvel, correios e transportes	30 167	30 674	30 694	3,3	1,7	1,9	1,7
Alojamento e restauração	8 619	8 986	9 372	6,9	8,7	3,7	4,3
Serviços de informação e comunicação	5 321	5 476	5 687	2,5	6,9	0,1	2,9
Financeiras e seguros	8 242	8 001	8 299	1,9	0,7	-5,4	-2,9
Imobiliárias	19 233	19 523	19 970	1,8	3,8	1,4	1,5
Outros serviços prestados às empresas	11 027	11 750	11 847	1,6	7,4	1,2	6,6
Administração pública, saúde e educação	30 862	31 098	31 631	1,6	2,5	1,8	0,8
Outros serviços	4 558	4 645	4 736	3,7	3,9	3,0	1,9
Impostos líquidos de subsídios aos produtos	22 970	23 890	24 254	5,8	5,6	3,0	4,0
Produto Interno Bruto	179 809	183 272	186 480	3,9	3,7	1,8	1,9

O volume de emprego aumentou 2,1% em 2016

O emprego total, medido em unidades equivalentes a tempo completo (ETC), cresceu 2,1% em 2016 (1,9% no ano anterior). Para este desempenho contribuíram, essencialmente, os ramos do *comércio, reparação automóvel, restauração e alojamento; de serviços prestados às empresas e de administração pública, saúde e educação* com variações de 2,9%, 5,1% e 1,9%, respetivamente (contributos de 0,6 p.p., 0,6 p.p. e 0,4 p.p., pela mesma ordem). Em

sentido oposto evoluíram a *agricultura, silvicultura e pesca* e as *atividades financeiras*, com reduções de emprego de 2,7% e 2,4% face a 2015.

O crescimento das remunerações acelerou para 4,1% em 2016 (2,8% em 2015), refletindo o aumento de 2,6% do emprego remunerado e, em menor grau, da remuneração média (1,5% por ETC). Este acréscimo traduziu a evolução positiva verificada em todos os setores, com exceção do setor das Sociedades Financeiras (SF), que apresentou uma variação negativa de 5,1% (0,7% em 2015).

As remunerações pagas pelas SNF aumentaram 5,5% em 2016 (4,9% no ano anterior). As remunerações pagas pelas Administrações Públicas e pelas Famílias aumentaram 2,7% e 2,6%, respetivamente.

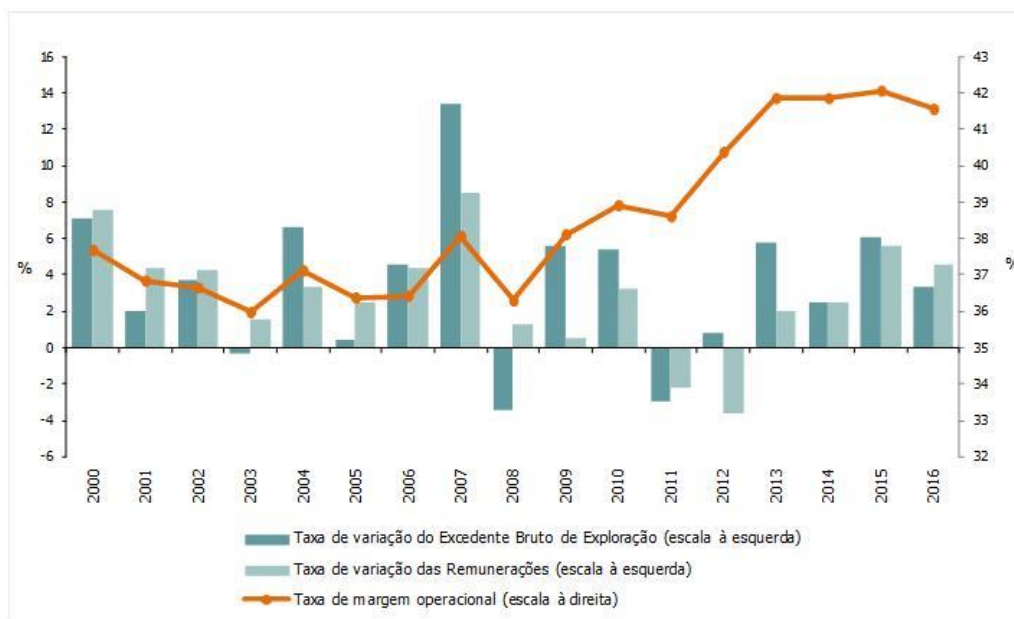
O total das remunerações recebidas pelas Famílias aumentou 4,0%, atingindo 81,9 mil milhões de euros em 2016.

O Excedente Bruto de Exploração (EBE) das SNF cresceu 3,4%, menos 1,2 p.p. que o VAB, o que determinou uma diminuição da taxa de margem operacional (rácio entre o EBE e o VAB) para 41,6% (42,1% no ano anterior).

Quadro 3 – Emprego, remunerações e produtividade

	2015	2016	Taxas de variação (%)	
			2015	2016
VAB (10⁶ €)				
Preços correntes	156 839	162 226	3,6	3,4
Preços do ano anterior	153 859	159 381	1,6	1,6
Emprego				
Horas (10 ⁶)	8 579	8 734	1,8	1,8
ETC (10 ³)	4 327	4 420	1,9	2,1
Indivíduos (10 ³)	4 576	4 650	1,4	1,6
Emprego Remunerado				
Horas (10 ⁶)	7 251	7 423	2,3	2,4
ETC (10 ³)	3 743	3 840	2,3	2,6
Indivíduos (10 ³)	3 876	3 968	2,4	2,4
Remunerações (10⁶ €)	78 604	81 854	2,8	4,1
Ordenados e salários (10⁶ €)	61 381	63 799	3,0	3,9
Impostos líquidos de subsídios à produção (10⁶ €)	881	554		
Excedente/Rendimento misto bruto (10⁶ €)	77 355	79 818	3,5	3,2
Remuneração média anual (€)				
Horas	10,8	11,0	0,5	1,7
ETC	21 000	21 319	0,4	1,5
Indivíduos	20 278	20 629	0,4	1,7
Ordenados e salários médios anuais (€)				
Horas	8,5	8,6	0,7	1,5
ETC	16 399	16 616	0,7	1,3
Indivíduos	15 835	16 078	0,6	1,5
Varição real da produtividade do trabalho				
Horas			-0,2	-0,2
ETC			-0,3	-0,5
Indivíduos			0,3	0,0
Varição dos custos de trabalho por unidade produzida				
Horas			0,6	1,9
ETC			0,7	2,0
Indivíduos			0,2	1,7

Gráfico 2 – Margem operacional das Sociedades não financeiras (% do VAB)



A produtividade diminuiu 0,5%, em resultado do aumento do volume de emprego superior ao do VAB

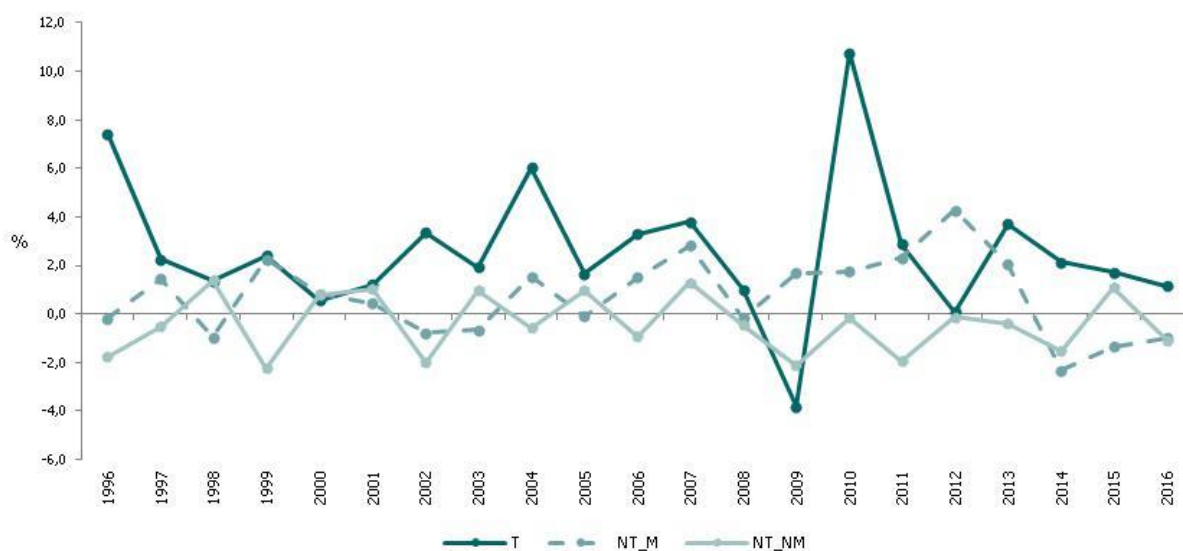
A produtividade do trabalho, avaliada pelo quociente entre VAB em termos reais e o emprego medido em unidades equivalentes a tempo completo (ETC), diminuiu (ver quadro 3). Com efeito, o emprego para o total da economia registou um crescimento (2,1%), superior ao do VAB (1,6%). No entanto, como o gráfico 3 ilustra, nos ramos *transacionáveis*¹ registou-se um aumento de 1,2% da produtividade, enquanto os ramos *não transacionáveis não mercantis* e os ramos *não transacionáveis mercantis* apresentaram reduções da produtividade (variações de -1,1% e de -1,0%, respetivamente).

A variação negativa da produtividade do trabalho conjugada com um aumento da remuneração média (1,5%) traduziu-se num aumento de 2,0% dos custos unitários do trabalho por unidade produzida.

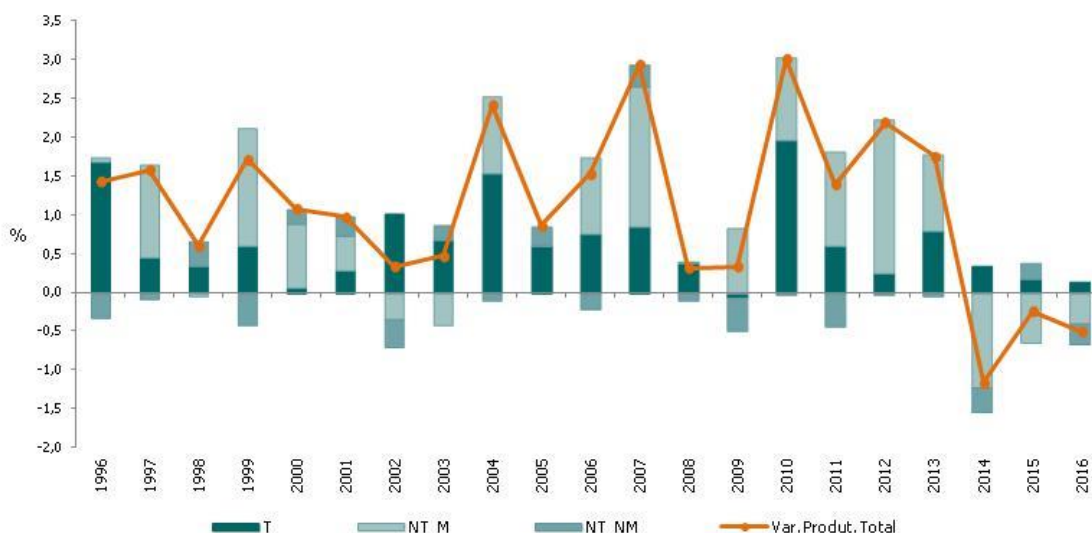
¹ Informação adicional sobre a constituição destes agrupamentos pode ser encontrada na página 6 do documento disponível na seguinte ligação: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=149571701&att_display=n&att_download=y

Gráfico 3

A – Variação real da produtividade do trabalho



B – Contributos para a variação real da produtividade do trabalho



Notas: **T** - ramos de atividade transacionáveis; **NT-M** – ramos de atividade não transacionáveis mercantis; **NT-NM** – ramos de atividade não transacionáveis não mercantis

O Rendimento Nacional Bruto aumentou 4,2% em 2016

Em 2016, o RNB registou uma variação nominal de 4,2%, superior em 0,5 p.p. à variação do PIB nominal. O diferencial de crescimento do RNB face ao do PIB foi determinado essencialmente pelo aumento de 45,6% dos subsídios provenientes do exterior e, em menor grau, pela melhoria do saldo negativo dos rendimentos de propriedade com o exterior. Este saldo representava -3,1% do PIB em 2016 (-3,4% em 2015).

Quadro 4 – PIB, RNB e RDB

	PIB		RNB		RDB	
	Valor (10 ⁶ €)	Variação em valor (%)	Valor (10 ⁶ €)	Variação em valor (%)	Valor (10 ⁶ €)	Variação em valor (%)
2000	128 466	7,4	126 019	5,9	128 580	5,9
2001	135 828	5,7	133 102	5,6	135 783	5,6
2002	142 631	5,0	140 137	5,3	141 935	4,5
2003	146 158	2,5	144 324	3,0	145 471	2,5
2004	152 372	4,3	150 090	4,0	151 534	4,2
2005	158 653	4,1	156 209	4,1	156 888	3,5
2006	166 249	4,8	160 967	3,0	162 176	3,4
2007	175 468	5,5	169 874	5,5	171 286	5,6
2008	178 873	1,9	171 910	1,2	173 720	1,4
2009	175 448	-1,9	169 024	-1,7	169 934	-2,2
2010	179 930	2,6	173 878	2,9	174 987	3,0
2011	176 167	-2,1	172 772	-0,6	174 098	-0,5
2012	168 398	-4,4	164 317	-4,9	165 851	-4,7
2013	170 269	1,1	167 975	2,2	169 808	2,4
2014	173 079	1,7	170 117	1,3	172 313	1,5
2015	179 809	3,9	174 868	2,8	177 168	2,8
2016	186 480	3,7	182 176	4,2	184 660	4,2

O Rendimento Disponível Bruto (RDB) aumentou 4,2% em 2016

O RDB da nação e a Despesa de Consumo Final (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) registaram taxas de crescimento de 4,2% e 3,2% em 2016, respetivamente, determinando um acréscimo de 10,1% da poupança bruta da economia (3,1% em 2015).

O RDB nominal das Famílias atingiu 124,6 mil milhões de Euros em 2016, o que representa um aumento de 3,2% (3,4% em 2015). As remunerações recebidas explicam 2,6 p.p. da variação positiva do RDB e a melhoria do excedente/rendimento misto contribuiu com 0,8 p.p.

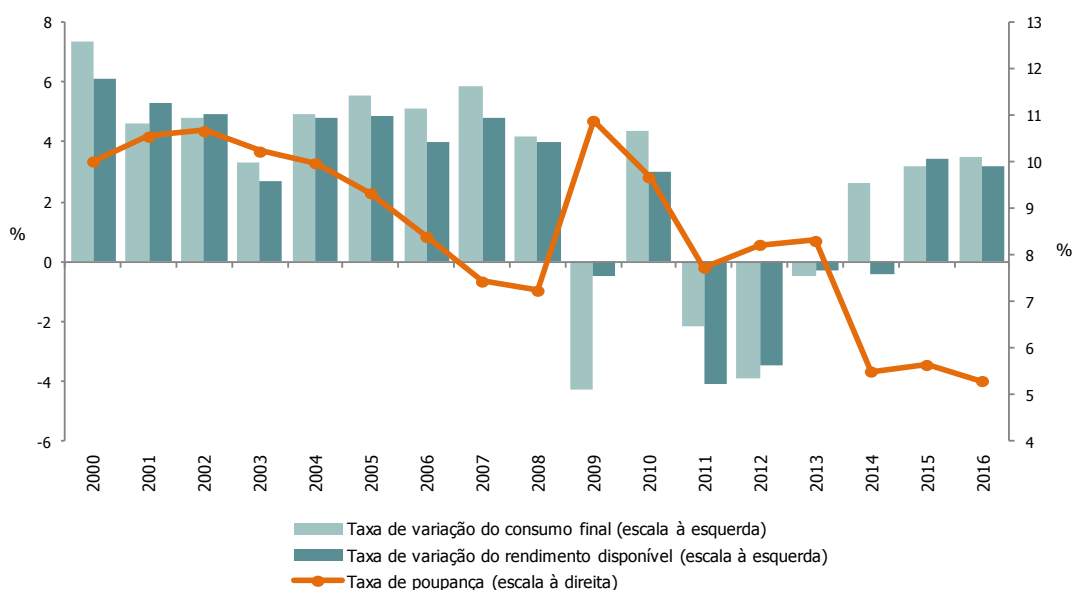
O RDB ajustado *per capita* fixou-se em 14,1 mil euros em 2016, correspondendo a um crescimento de 4,0% face ao ano anterior. Note-se que o RDB ajustado difere do RDB por incluir o valor dos bens e serviços que são adquiridos pelas AP e ISFLSF, mas consumidos pelas Famílias.

Quadro 5 – Contributos para a variação do RDB das Famílias (p.p.)

	Remunerações (1)	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto (2)	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos (3)	Prestações sociais líquidas de contribuições, excluindo Transf. sociais em espécie (4)	Transferências líquidas recebidas (5)	Impostos (6)	Rendimento Disponível (7) = (1)+...+(5) - (6)
2000	5,8	1,5	-0,5	-0,1	0,3	0,9	6,1
2001	4,1	1,6	-0,9	0,4	0,5	0,5	5,3
2002	3,2	1,2	0,7	0,3	-0,4	0,2	4,9
2003	1,8	0,4	1,1	0,9	-1,4	0,1	2,7
2004	2,1	1,6	0,5	1,1	-0,5	0,1	4,8
2005	3,2	0,8	1,1	0,6	-0,5	0,3	4,9
2006	2,0	0,8	0,6	0,4	0,7	0,4	4,0
2007	3,0	0,7	1,1	0,5	0,2	0,7	4,8
2008	2,2	0,8	1,0	0,4	0,0	0,3	4,0
2009	-0,1	-0,2	-1,2	1,6	-0,6	0,0	-0,5
2010	1,0	0,6	0,3	0,6	0,5	-0,1	3,0
2011	-2,6	-0,6	-0,7	0,5	0,2	0,7	-4,1
2012	-5,2	0,4	-0,1	1,4	-0,5	-0,5	-3,5
2013	0,8	0,3	0,5	0,5	0,5	3,0	-0,3
2014	0,2	0,2	0,2	-0,6	-0,2	0,2	-0,4
2015	1,9	0,3	0,8	0,3	0,2	-0,1	3,4
2016	2,6	0,8	-0,7	-0,3	0,2	-0,6	3,2

A Despesa de Consumo Final das Famílias aumentou 3,5%, 0,3 p.p. superior à taxa de variação do RDB, resultando na redução de 3,2% na poupança bruta do setor. A taxa de poupança das Famílias situou-se em 5,3% (menos 0,3 p.p. do que no ano anterior).

Gráfico 4 – Taxa de poupança das Famílias



A capacidade de financiamento da economia fixou-se em 1,0% do PIB

A capacidade de financiamento da economia fixou-se em 1,0% do PIB em 2016, mais 0,7 p.p. que no ano anterior. Este aumento ficou a dever-se essencialmente ao aumento da poupança bruta da economia, que registou um acréscimo de 10,1%, que mais que compensou o crescimento de 3,0% da Formação Bruta de Capital (FBC).

As AP registaram uma melhoria acentuada da sua necessidade de financiamento, que diminuiu de 4,4% para 2,0% do PIB, em grande medida devido à redução das transferências para o setor das SF, cuja capacidade de financiamento diminuiu para 1,8% do PIB. Estes resultados refletem o efeito de base associado à resolução do BANIF ocorrida em 2015, que afetou negativamente o saldo das AP e positivamente o saldo das SF.

A capacidade de financiamento das Famílias diminuiu 0,6 p.p., para 1,6% do PIB, refletindo o já referido decréscimo da poupança do setor e o aumento de 5,8% da Formação Bruta de Capital. As SNF registaram uma necessidade de financiamento quase nula (0,1% do PIB em 2016 e 0,7% no ano anterior).

A redução acentuada da capacidade de financiamento das SF resultou principalmente da diminuição da receita com transferências de capital das AP, tal como referido anteriormente.

Gráfico 5 - Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (% do PIB)



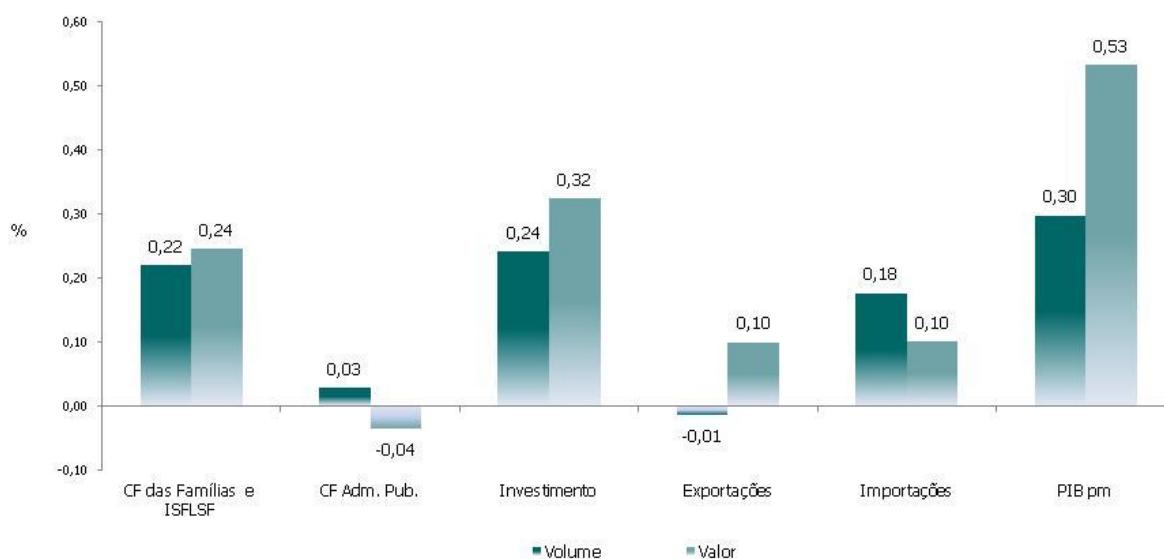
Revisões que os resultados finais de 2016 determinam face às estimativas anteriores

Revisões nas contas de bens e serviços

Os resultados finais das Contas Nacionais Anuais determinaram uma revisão do nível do PIB em 2016 de 986 milhões de euros (0,5%) comparativamente com a anterior estimativa das Contas Nacionais Trimestrais. Esta revisão refletiu-se tanto na taxa de variação em volume (+0,3 p.p.) como no deflator implícito do PIB (+0,2 p.p.). O Investimento e o Consumo Final das Famílias foram as componentes com maior contributo para a revisão do nível do PIB (gráfico 6).

A compilação de Contas Nacionais Anuais e Trimestrais difere quer quanto às fontes quer quanto aos métodos. No primeiro caso, os dados agora divulgados têm por base um maior volume de informação, nomeadamente de natureza estrutural e origem administrativa e um maior detalhe na sua apropriação pelas Contas Nacionais Anuais. Conforme foi já mencionado, sugere-se a consulta do documento "Como se calcula o PIB" para mais detalhe sobre os métodos utilizados. O gráfico seguinte sintetiza as revisões do PIB na ótica da despesa.

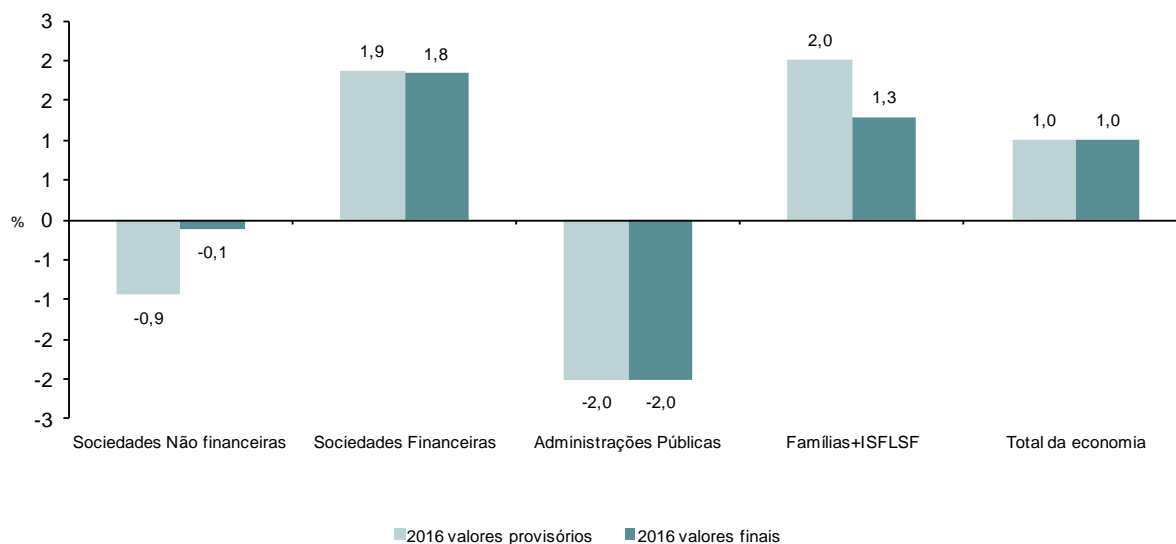
Gráfico 6 – Revisão do PIB e suas componentes, para 2016, em percentagem do PIB anteriormente publicado



Revisões nas contas por setor institucional

Em termos de contas setoriais verificaram-se ajustamentos relativamente à versão provisória publicada em 22 de Junho de 2018. O gráfico seguinte apresenta o impacto desses ajustamentos sobre a capacidade/necessidade de financiamento dos setores.

Gráfico 7 – Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (% do PIB)
Valores provisórios e finais de 2016



As revisões mais expressivas ocorreram nos setores das SNF e das Famílias e ISFLSF, que correspondem a 0,8% e 0,7% do PIB, respetivamente. A necessidade de financiamento das SNF reduziu-se em resultado da revisão em alta do VAB do setor. A redução da capacidade de financiamento das Famílias e ISFLSF foi principalmente devida à redução do saldo positivo dos rendimentos de propriedade, que explicam 0,3 p.p. daquela diminuição.

Resultados provisórios de 2017

Tendo por referência os resultados provisórios das Contas Nacionais, em 2017 o crescimento real do PIB foi 2,8% (revisão de 0,1 p.p. face aos resultados anteriormente divulgados), que compara com 1,9% em 2016. O PIB nominal fixou-se assim em 194 613 milhões de euros em 2017 (quadro 6), traduzindo uma variação nominal de 4,4% (3,7% no ano anterior)

O contributo da procura interna para a variação do PIB em volume aumentou devido à aceleração do Investimento, que passou de uma variação real de 1,8% em 2016 para 9,2% em 2017. Pelo contrário, a despesa de consumo final de residentes desacelerou, passando de uma variação em volume de 2,1% em 2016 para 1,8%. As Exportações de Bens e Serviços e as Importações de Bens e Serviços aceleraram de forma significativa, registando-se em 2017 variações de 7,8% e 8,1%, respetivamente (4,4% e 4,7% em 2016, pela mesma ordem).

Quadro 6 – Produto Interno Bruto e principais componentes – ótica da despesa

	Valor (10 ⁶ €)		Variação em valor (%)		Variação em volume (%)	
	2016	2017 provisório	2016	2017 provisório	2016	2017 provisório
Despesa de consumo final residentes	155 086	160 195	3,2	3,3	2,1	1,8
Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF	121 789	126 159	3,5	3,6	2,4	2,3
Despesa de consumo final das AP	33 297	34 037	2,2	2,2	0,8	0,2
Formação bruta de capital	29 319	32 858	3,0	12,1	1,8	9,2
Exportações de bens e serviços	74 619	83 098	2,7	11,4	4,4	7,8
Importações de bens e serviços	72 543	81 538	1,3	12,4	4,7	8,1
Produto Interno Bruto a preços de mercado	186 480	194 613	3,7	4,4	1,9	2,8

Em 2017 o VAB da economia cresceu 4,0% em valor e 2,4% em volume, refletindo acelerações de 0,6 p.p. e 0,8 p.p., pela mesma ordem, face a 2016. Os resultados agora apresentados refletem revisões face à versão anterior, decorrentes da incorporação dos dados da Informação Empresarial Simplificada (IES), a principal fonte estatística para compilação dos agregados das SNF, nomeadamente o VAB.

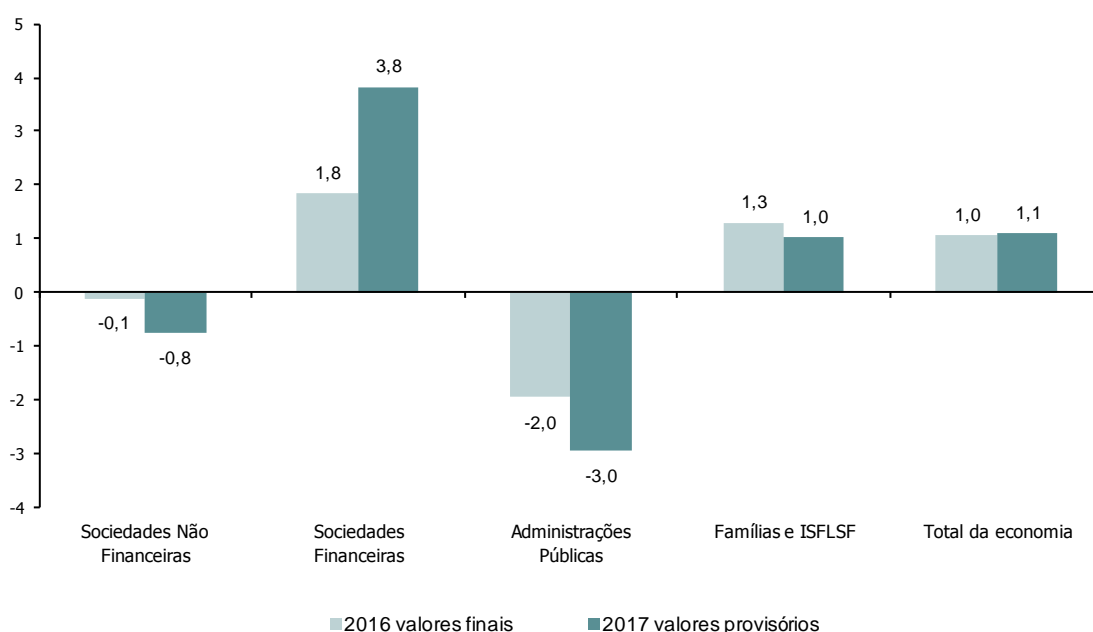
Quadro 7 – Produto Interno Bruto e principais componentes – ótica da produção

	Valor (10 ⁶ €)		Variação em valor (%)		Variação em volume (%)	
	2016	2017 provisório	2016	2017 provisório	2016	2017 provisório
Valor Acrescentado Bruto	162 226	168 677	3,4	4,0	1,6	2,4
Agricultura, silvicultura e pesca	3 643	3 848	-1,2	5,6	-3,6	4,4
Indústria e energia	30 031	31 068	4,4	3,5	2,0	2,4
Construção	6 316	6 794	-0,8	7,6	-0,5	5,8
Comércio, reparação automóvel, correios e transportes	30 694	31 941	1,7	4,1	1,7	4,2
Alojamento e restauração	9 372	10 204	8,7	8,9	4,3	2,5
Serviços de informação e comunicação	5 687	5 854	6,9	2,9	2,9	1,5
Finanças e seguros	8 299	8 307	0,7	0,1	-2,9	-1,5
Imobiliárias	19 970	20 484	3,8	2,6	1,5	0,6
Outros serviços prestados às empresas	11 847	12 770	7,4	7,8	6,6	5,9
Administração pública, saúde e educação	31 631	32 461	2,5	2,6	0,8	0,0
Outros serviços	4 736	4 947	3,9	4,5	1,9	1,9
Impostos líquidos de subsídios aos produtos	24 254	26 040	5,6	7,4	4,0	5,9
Discrepância		- 104				
Produto Interno Bruto	186 480	194 613	3,7	4,4	1,9	2,8

A capacidade de financiamento da economia registou um ligeiro aumento em 2017, correspondente a 0,1 p.p. do PIB. Este resultado foi devido essencialmente ao crescimento da poupança da economia, que mais que compensou o aumento da Formação Bruta de Capital (taxas de variação de 12,5% e 12,1%, respetivamente).

A taxa de poupança das Famílias diminuiu para 4,7%, menos 0,4 p.p. do que em 2016, refletindo o aumento da despesa de consumo final (taxa de variação de 3,6%), que foi superior ao crescimento do rendimento disponível em 0,3 p.p..

Gráfico 8 – Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (% do PIB)
Valores finais de 2016 e provisórios de 2017

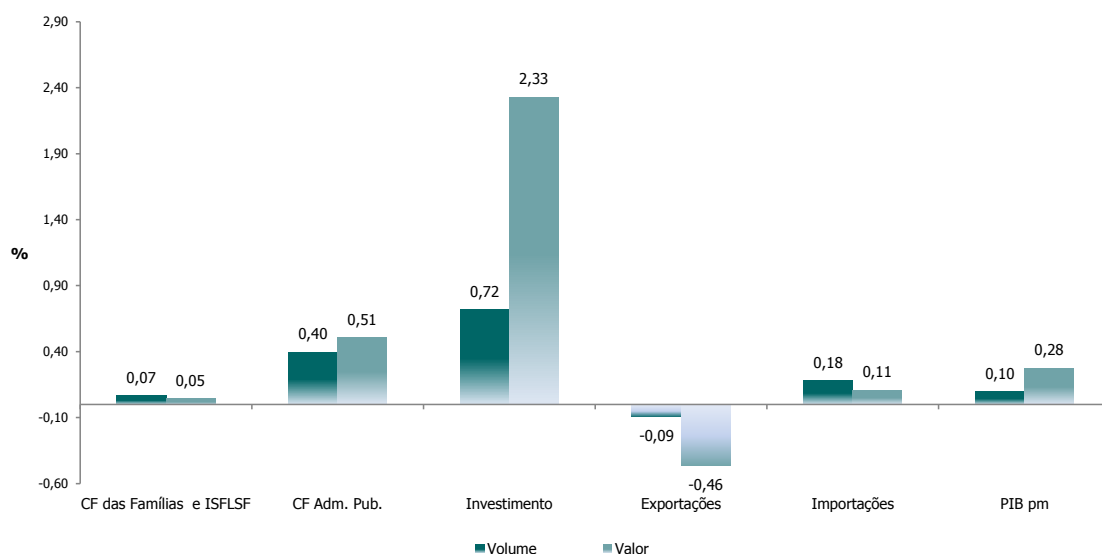


Revisões que os resultados provisórios de 2017 implicam face às estimativas anteriores

Os resultados provisórios das Contas Nacionais referentes a 2017 refletem os impactos diretos decorrentes da compilação dos resultados finais de 2016, e os efeitos da apropriação de informação adicional para o setor das Administrações Públicas e comércio internacional de bens e serviços, bem como dados provisórios da Informação Empresarial Simplificada.

De acordo com a nova informação disponível, em 2017 o crescimento real do PIB foi revisto 0,1 p.p. face aos resultados anteriormente divulgados (ver gráfico 8), fixando-se em 2,8%, sendo a revisão da variação nominal ligeiramente superior (0,3 p.p.). O investimento apresentou as revisões mais acentuadas, com +0,7 p.p. em volume e +2,3 p.p. em valor, seguido da despesa de consumo final das AP (revisão de +0,4 p.p. em volume e +0,5 p.p. em valor). As importações também foram revistas em alta (+0,2 p.p. em volume e +0,1 p.p. em valor), ao contrário das exportações, que foram o único agregado revisto em baixa (-0,1 p.p. em volume e -0,5 p.p. em valor). A despesa de consumo final das famílias apresentou revisões inferiores a 0,1 p.p. em valor e em volume.

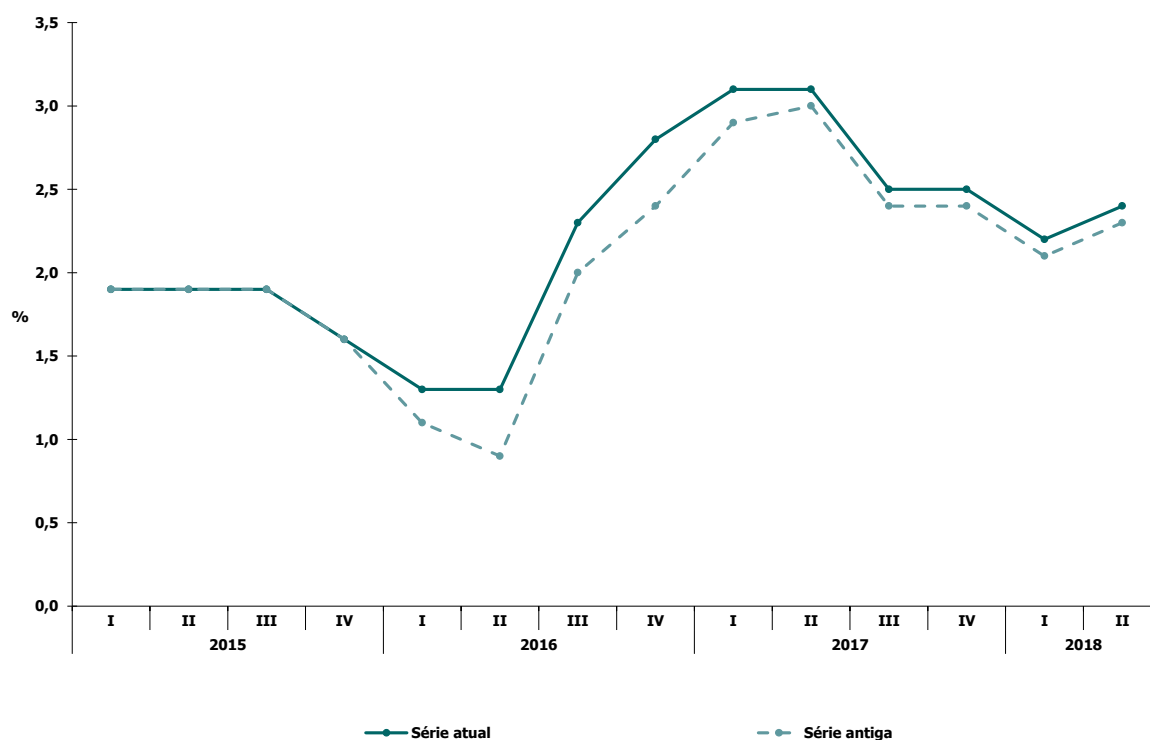
Gráfico 9 – Revisão das taxas de variação do PIB e suas componentes, para 2017, em pontos percentuais



Como habitualmente, a nova informação anual é incorporada nas Contas Nacionais Trimestrais, determinando a revisão dos resultados para o novo ano disponível e para os trimestres subsequentes.

Em termos trimestrais, não se verificaram alterações com expressão no perfil temporal do comportamento das taxas de variação em volume do PIB anteriormente publicadas, como pode ser observado no gráfico seguinte.

Gráfico 10 – Revisão das taxas de variação homóloga do PIB trimestral, em termos reais



Direitos associados a pensões detidos pelas famílias

Com esta divulgação de Contas Nacionais Anuais, o INE publica igualmente o Quadro 29 do programa de transmissão do Sistema Europeu de Contas 2010 (SEC 2010) elaborado em estreita colaboração com o Banco de Portugal que disponibiliza também esta informação em *BPstat* | estatísticas *online*.

Este quadro apresenta os direitos associados a pensões detidos pelas famílias de forma integrada, ou seja, para além dos direitos das famílias junto de sistemas de pensões privados, que correspondem a ativos financeiros das famílias já refletidos no seu património no sistema de contas nacionais, inclui também os direitos potenciais das famílias no âmbito de sistemas públicos de pensões (em Portugal: Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações (CGA)).

Este quadro foi introduzido no Sistema Europeu de Contas com o SEC 2010, em linha com o Sistema de Contas Nacionais (SNA 2008) das Nações Unidas. Deve ser transmitido à Comissão Europeia (Eurostat), nos termos do Regulamento do SEC 2010, de três em três anos, devendo o primeiro envio obrigatório ter o ano de 2015 como referência.

A informação apresentada neste quadro permite comparações internacionais mais adequadas da situação patrimonial das famílias e dos setores institucionais de contraparte associados a direitos de pensões, atendendo aos diferentes pesos que seguros privados de pensões (já refletidos no corpo principal do sistema de contas nacionais) e de sistemas públicos de seguro social (não refletidos nesse corpo principal) têm nos diversos países.

A situação patrimonial das famílias tem reflexo no comportamento de variáveis muito relevantes na perspetiva da análise económica, nomeadamente do consumo privado e do investimento das famílias.

Amplia-se assim com este quadro, a informação macroeconómica fornecida pelo sistema estatístico nacional. No entanto, é importante referir que a avaliação dos direitos associados a pensões perante os sistemas públicos tem uma natureza (i) circunstancial, na medida que não incorpora possíveis alterações futuras aos atuais sistemas públicos, (ii) prospetiva, baseando-se em modelos de contabilidade geracional¹, e (iii) limitada, na medida que se cinge aos direitos potenciais adquiridos à data de referência do quadro, isto é, no caso presente, direitos adquiridos até 2015².

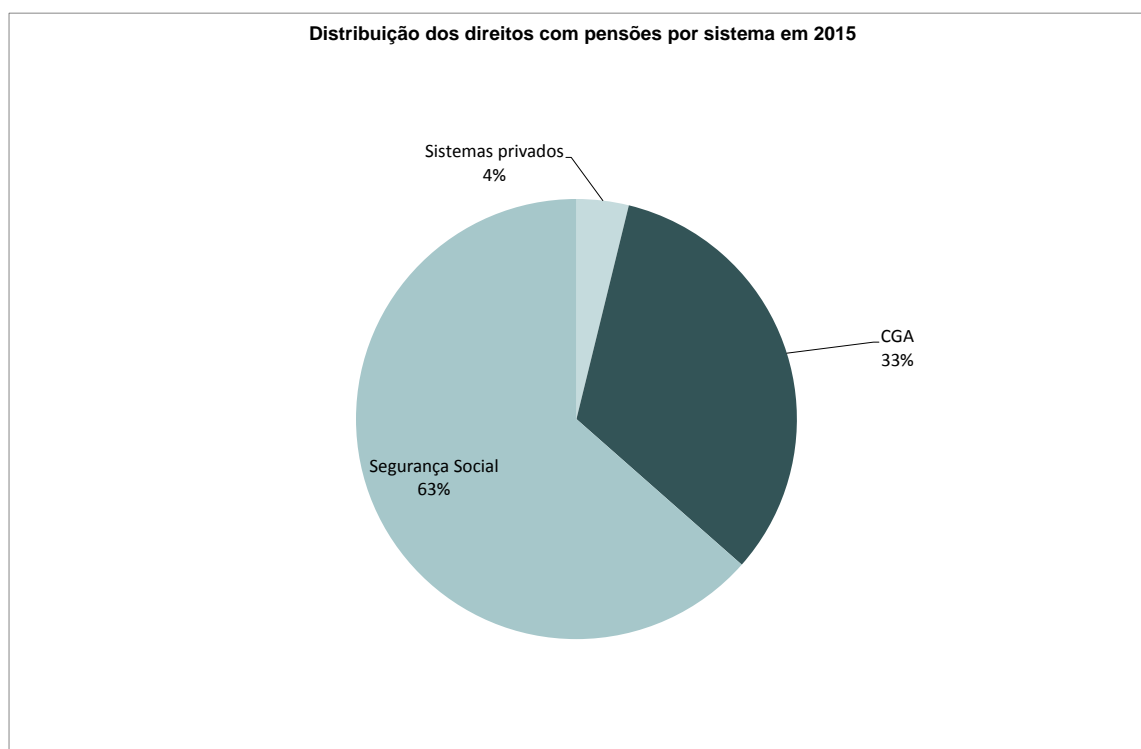
¹ O exercício de compilação deste quadro nos vários Estados Membros foi acompanhado pelo Eurostat para garantir alguma homogeneidade de métodos e hipóteses. O modelo adotado pela generalidade dos Estados Membros, entre os quais Portugal, foi o chamado modelo de "Freiburg". Uma descrição detalhada do modelo e dos seus pressupostos é apresentada em [Heidler, Müller e Weddige \(2009\)](#).

² Esta última condicionante não existe noutro tipo de exercícios nomeadamente os subjacentes ao "[Ageing Report](#)" publicado pela Comissão Europeia.

Resultados

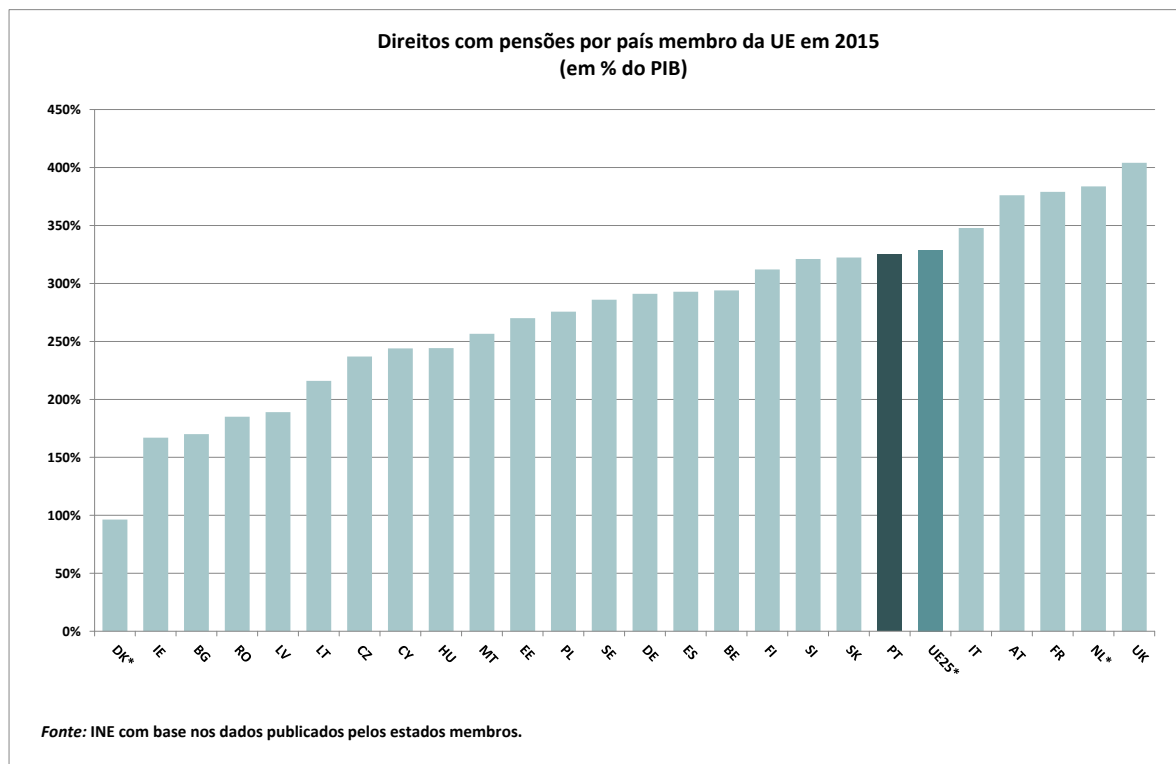
Estima-se que, no final de 2015, os direitos totais associados a pensões das famílias ascendessem a cerca de 584 mil milhões de euros, equivalendo a 325% do PIB. Este valor refere-se a um cenário central de taxa de desconto, podendo este valor reduzir-se para 281% do PIB para uma taxa de desconto 1 p.p. mais elevada, e aumentar para 384% do PIB para uma taxa de desconto 1 p.p. mais baixa. Em comparação com 2014, verificou-se uma redução de 11 p.p., determinada pelo crescimento nominal de 3,9% do PIB, que mais que compensou o aumento de 2,7 milhões de euros dos direitos associados a pensões.

Em 2015, os direitos das famílias associados a pensões de sistemas privados representavam apenas 3,8% do total. Dos 562 mil milhões de euros de direitos associados a pensões dos sistemas públicos, 34% (191 mil milhões de euros) têm origem na CGA.



Em comparação com os outros Estados Membros da UE, Portugal apresentou um valor total dos direitos com pensões ligeiramente inferior à média europeia (329% do PIB)³. À exceção da Dinamarca, que não inclui uma estimativa dos direitos com pensões da Segurança Social, todos os países apresentam rácios superiores a 150%.

³ Média da UE exclui Luxemburgo, Croácia e Grécia por ausência de dados. Informação para a Holanda é referente a 2012. As publicações do Quadro 29 dos estados membros podem ser encontradas em <https://ec.europa.eu/eurostat/web/pensions/other-information>.



Tendo em conta as principais economias da UE, Portugal apresenta valores superiores à Alemanha (291%) e Espanha (293%), mas inferiores aos de Itália (348%), França (379%) e Reino Unido (404%).

Informação mais detalhada subjacente ao Quadro 29 do programa de transmissão do SEC, incluindo o resultado de uma análise de sensibilidade a alterações da taxa de desconto e alguma metainformação relevante, pode ser consultada no Portal do INE (área de Contas Nacionais) e no Portal de estatísticas do Banco de Portugal (*BPstat* | estatísticas *online*).